



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA**

LUANA MADALONI DA SILVA

**AS PROPOSTAS CURRICULARES DE ENSINO DO ESTADO DE SANTA
CATARINA E DO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS: CONCEPÇÕES DE
ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO**

**FLORIANÓPOLIS
2013**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA**

LUANA MADALONI DA SILVA

**AS PROPOSTAS CURRICULARES DE ENSINO DO ESTADO DE SANTA
CATARINA E DO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS: CONCEPÇÕES DE
ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO**

Trabalho de Conclusão de Curso da
Universidade Federal de Santa Catarina, como
requisito parcial para obtenção do grau de
Licenciada em Pedagogia.
Orientadora: Profa. Dra. Maria Aparecida de
Lapa Aguiar

**FLORIANÓPOLIS
2013**

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus. Por me conceder saúde, força e proteção em todos os momentos.

À minha orientadora, Prof.^a Maria Aparecida Lapa de Aguiar, que me acompanhou ao longo deste trabalho com sábias sugestões, apoiando-me e orientando-me.

A todos os professores do curso de Pedagogia, pelas suas contribuições ao longo do curso.

Aos meus pais, Denize Madaloni dos Santos e Gilberto Jones da Silva, pelo incentivo que me proporcionaram.

A minha irmã e amiga, Jéssica Madaloni da Silva, pelo amor e carinho. Obrigada pela paciência, pelo sorriso, pelo abraço, pela mão que sempre se estendia quando eu precisava.

A minha avó, que mesmo distante desse processo, sempre me incentivou e me acariciou com suas palavras de afeto.

Às colegas de curso, em especial a Daiana Knaul e Letícia Cunha da Silva, por estarem sempre ao meu lado, me apoiando nesta caminhada.

Ao meu marido, Tiago Dal Jovem, pela paciência, compreensão e pelas horas que abdicou da minha companhia.

A todos que não estão aqui citados, mas que de alguma forma se fizeram presentes nessa caminhada e contribuíram para conclusão desta etapa.

*“A leitura do mundo precede a leitura da
palavra.”*

(Paulo Freire)

RESUMO

Alfabetização e letramento são dois conceitos essenciais para o ensino da leitura e da escrita para as crianças. A partir desses dois conceitos chaves o objetivo do trabalho será evidenciar essas duas questões – alfabetização e letramento – a partir das Propostas Curriculares do Estado de Santa Catarina e do Município de Florianópolis. Para complementar essa questão o trabalho também tratará sobre a história dos métodos de alfabetização no Brasil e a Alfabetização na perspectiva do letramento, a partir das concepções de autores como MORTATTI (2000), SOARES (2003) e FERREIRO (1985). O resultado do trabalho aponta como é necessário que a alfabetização e o letramento sejam simultâneos no processo que apropriação da leitura e da escrita por parte das crianças. Pensar a alfabetização na perspectiva do letramento é pensar em um meio de inserir a criança, principal interessada, nesse processo de apropriação da leitura e da escrita.

Palavras-chave: Alfabetização, letramento, Proposta Curricular de Florianópolis, Proposta Curricular de Santa Catarina.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
1. HISTÓRICO DOS MÉTODOS	10
2. ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO NAS PROPOSTAS CURRICULARES....	22
2.1 Proposta Curricular de Florianópolis.....	22
2.2 Proposta Curricular de Santa Catarina.....	26
3. ALFABETIZAÇÃO NA PERSPECTIVA DO LETRAMENTO	33
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	39
REFERÊNCIAS	40

INTRODUÇÃO

A intenção desse trabalho foi pesquisar o que nos apresentam a Proposta Curricular de Santa Catarina e a Proposta Curricular de Florianópolis em relação à alfabetização e o letramento.

Ao iniciar o estudo desses documentos, tive a necessidade de conhecer a história dos métodos de alfabetização no Brasil para poder entender as críticas, as possibilidades metodológicas e teóricas indicadas pelas propostas curriculares, como por exemplo, o conceito de letramento e a perspectiva apontada para a alfabetização a partir da década de 1980.

Sendo assim, comecei com uma retomada histórica dos métodos, para depois entrar na especificidade das propostas curriculares de Santa Catarina e Florianópolis, e por último, apresentar o que os teóricos da área da educação e de Língua Portuguesa estão defendendo em relação à alfabetização em uma perspectiva de letramento.

Os métodos de alfabetização sempre foram motivos de disputa entre os intelectuais que discutiam a temática e buscavam definir qual era o melhor modo de a criança aprender a ler e escrever. Dessa forma, senti-me intrigada a estudar uma parte desta história no Brasil para analisar e compreender os principais métodos, como foram trabalhados, se conseguiram atingir seu objetivo ou não e quais os motivos da busca incansável por um novo método de alfabetização.

As Propostas Curriculares, tanto do Município de Florianópolis, como do Estado de Santa Catarina, analisadas neste trabalho, apresentam críticas aos métodos “tradicionais”, procuram conceituar a alfabetização à luz de teorias contemporâneas com uma abordagem histórico-cultural e apontam para um trabalho de alfabetização na perspectiva do letramento. Cabe às escolas buscar esses documentos para a elaboração do Projeto Político Pedagógico – PPP e inserir na prática de sala de aula tais pressupostos.

A seguir, apresentamos a pergunta norteadora, os objetivos e a metodologia.

Pergunta norteadora:

A partir dos estudos e reflexões desenvolvidas, indica-se o problema central da pesquisa, organizado em forma de pergunta e que norteia esse trabalho, que é “O que as Propostas Curriculares do Estado de Santa Catarina e do Município de Florianópolis nos dizem sobre a alfabetização e o letramento?”.

Ao buscar respostas à pergunta do problema central da pesquisa foram definidos os

objetivos do estudo, conforme seguem:

Objetivo Geral:

- Analisar como a Proposta Curricular de Santa Catarina e a Proposta Curricular de Florianópolis abordam a alfabetização e o letramento.

Objetivos Específicos

- Pesquisar sobre a história dos métodos de alfabetização “tradicionais”, na intenção de compreender as críticas colocadas pelas propostas curriculares do Estado de Santa Catarina e do Município de Florianópolis.
- Apreender o que significa alfabetização na perspectiva do letramento e a sua importância para as práticas alfabetizadoras e como esses conceitos são apropriados nas propostas de Santa Catarina e de Florianópolis.

Metodologia

A pesquisa classifica-se como bibliográfica e documental, já que é realizada por meio da pesquisa à literatura e a documentos pertinentes ao tema. De acordo com Gil, a pesquisa bibliográfica,

é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho desta natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas (GIL, 2008, p. 50).

Ainda Segundo este autor, a pesquisa documental,

assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica. A única diferença entre ambas está na natureza das fontes. Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa. (GIL, 2008, p. 51).

A coleta de dados foi feita por consulta à literatura pertinente, composta por livros, documentos e sites da Internet sobre o tema. Os dados foram tratados e analisados qualitativamente, uma vez que são compostos, essencialmente, de reflexões, pontos de vista e conceitos sobre o tema.

Portanto, este trabalho tem como foco principal o estudo das propostas curriculares do Estado de Santa Catarina e do Município de Florianópolis, na intenção de analisar como esses documentos abordam os conceitos de alfabetização e de letramento.

Para discutir e ampliar essas reflexões, o trabalho foi organizado em três capítulos intitulados: Histórico dos métodos; Alfabetização e letramento nas propostas curriculares e Alfabetização na perspectiva do letramento.

1. HISTÓRICO DOS MÉTODOS

Neste capítulo julgo relevante tratar sobre a história dos métodos de alfabetização no Brasil, para então podermos compreender um pouco mais os processos de ensino e aprendizagem da leitura e escrita em nosso país. Para isto, contarei com o livro “Os sentidos da Alfabetização” (MORTATTI, 2000), em que a autora faz um levantamento dessa história, principalmente no Estado de São Paulo, do final do século XIX ao final do século XX.

Mortatti (2000) inicia seus estudos retratando que a partir da Proclamação da República, os processos de leitura e escrita começam a ser pensados em nosso país. A partir do regime republicano, a alfabetização passou a ser vista como um modo de crescimento social e de modernidade. E foi com base nesse novo modelo, que a educação tornou-se laica, obrigatória e gratuita, e a alfabetização (aprendizagem da leitura e escrita), como forma sistemática de ensino. Desse modo, a educação começou a necessitar de uma preparação para os profissionais que atuavam na alfabetização. Foi a partir desse momento histórico que os métodos começaram a ser implantados porque se acreditava que eles pudessem ser meios de facilitar este processo de ensino da leitura e escrita.

Conforme o tempo foi passando, estudiosos da área foram apresentando novos métodos de alfabetização, afirmando ser melhor e mais apropriado do que o método anterior. Apesar de o novo método desqualificar o antigo, acabava, muitas vezes, utilizando segmentos desse método anterior, por mais que não fosse admitido. Foi por meio desses embates políticos e educacionais que os métodos no Brasil foram se aprimorando e tomando formas novas, ou não, no decorrer da história.

No livro, Mortatti (2000) divide a história dos métodos em quatro momentos. Com a intenção de apresentar como foi se oficializando historicamente os métodos no Brasil.

O primeiro momento apresentado por Mortatti (2000) compreende o período de 1876 a 1890, em que a autora aborda o Método João de Deus e cartilhas utilizadas na época. João de Deus¹ escreveu em Portugal a Cartilha Maternal que leva o seu próprio nome, conhecida também como Cartilha Arte da Leitura, em que o método abordado era o da palavração.

Antes do método João de Deus, utilizava-se no Brasil o Método Sintético. O ensino desse método se baseava na ideia de composição, indo do mais simples (grafemas, fonemas e sílabas) para o mais complexo (palavra, frase e texto), baseava-se na ideia de correlação entre

¹ João de Deus (1830-1896) foi um poeta e escritor da Cartilha Maternal, em que propõe um novo método de ensino.

o som e a grafia, entre o oral e o escrito. O método ainda se dividia em três modos de ensinar as crianças: Alfabético ou de Soletração, o ponto de partida eram as letras, em que primeiro se ensinava os nomes e as formas das letras para depois chegar às sílabas, palavras e frases; o Método Fônico, o ensino inicia-se com o fonema das letras e o Método Silábico, iniciava o ensino do método com as sílabas. Todos os derivados do Método Sintético partiam do mais simples, grafemas, fonemas e sílabas, para o mais complexo, palavra, frase e texto, possuindo assim, uma ordem crescente de ensino.

No método Sintético pode-se notar a ênfase na ortografia (forma) em detrimento da compreensão do significado (o conteúdo). Ao estudarmos o documento da Prefeitura de Salvador sobre os métodos tradicionais, encontramos críticas a este método específico, como as que seguem:

Usados de forma exclusiva ou parcial, apresentam as seguintes limitações:
Descontextualizam a escrita, seus usos e funções sociais, enfatizando situações artificiais de treinamento de letras, fonemas ou sílabas.
Ensinam a leitura de forma mecânica, sem compreensão.
Não exploram as complexas relações entre fala e escrita, suas semelhanças e diferenças. (SALVADOR, ano ?, p. 3).²

As cartilhas utilizadas nesse método são a base desse processo, raramente são utilizados outros meios de materiais e abordagens. Assim, o foco é no método e não são considerados os interesses das crianças, apenas a consideram como *tábula* rasa, como mera receptora.

Em 1880, Antônio da Silva Jardim³ passou a propagar no Brasil a Cartilha Maternal João de Deus. O método se baseava na ideia de ensinar por meio da palavração, o início da alfabetização acontecia no ensino de palavra por palavra, para só depois passar a ensinar os princípios fonéticos.

Antônio Zeferino Cândido, professor de matemática da Universidade de Coimbra, positivista⁴, foi também um defensor do método João de Deus. Propagou a Cartilha por meio de conferências realizadas nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. Ele defendia o método afirmando que

² O documento estudado não apresenta o ano de publicação.

³ Silva Jardim (1860- 1891) foi advogado e um ativista político brasileiro atuante nos movimentos abolicionista e republicano.

⁴ O positivismo é uma linha teórica criada por Auguste Comte (1798-1857), na qual sua característica se baseia na dedicação à ciência. Para os positivistas o progresso dependia dos avanços tecnológicos. O Positivismo defende a ideia de que o conhecimento científico é a única forma de conhecimento verdadeiro. Assim sendo, desconsideram-se todas as outras formas do conhecimento humano que não possam ser comprovadas cientificamente.

Na palavrção, os elementos de toda a organizaçãotechnica do processo de leitura são as próprias palavras, como sendo e constituindo a realidade, e é pelo methodo geral de analyse recaindo sobre as palavras que o espirito determina por um lado os últimos resíduos da palavra quando ella se decompõe, as letras com seus exactos valores, por outro as leis legitimas e simples que devem presidir á organização da palavra. (CANDIDO, 1883, p.154, apud, MORTATTI, 2000, p. 61).⁵

Dessa forma podemos perceber a ênfase que o método traz sobre as palavras, baseando-se nelas,sendo, posteriormente, chamado de método da palavrção.

Silva Jardim, como grande positivista e defensor do método em questão, argumentava que para se aprender a ler o que importava era o valor das letras e não somente os nomes delas. Além disso, Jardim destaca da Cartilha Maternal, as três faculdades de espírito humano indissociáveis do aprendizado e que estão presentes na mesma. As três faculdades são de sentimento, de inteligência e de atividade. O sentimento é visto, também, como uma forma de educação, mas que não existe por parte dos educadores do sexo masculino. Assim, Jardim acreditava que a mulher deveria educar e ensinar as crianças, por possuir um sentimento afetivo mais forte que o homem. Para este autor,

Se o órgão do sentimento é na terra a mulher, e si o ensino é capitalmente uma questão de sentimento, dado é concluir que indigna e indevidamente o homem preenche a missão de educador. A escola primaria é, portanto, uma instituição transitória, e o professor primário, preposto das mães, deve possuir-se do maior sentimento social (A PROVÍNCIA DO ESPIRITO SANTO, 1882a, p.4, apud, MORTATTI, 2000, p. 66).

Silva Jardim, ao se referir à faculdade da inteligência, relaciona-a à "bem fundamentada análise da fala" (MORTATTI, 2000, p. 66) presente na Cartilha João de Deus e atribui aos progressos da lingüística da época. Para provar a importância de sua Cartilha, o autor enfatiza que o método tem fundamentos lingüísticos inovadores. Ele aborda a importância da comunicação de nossas emoções e afirma que "a linguagem é 'inspirada pelo sentimento e esclarecida pela inteligência'" (MORTATTI, 2000, p. 68). Por sermos o único ser humano que domina a linguagem somos considerados seres superiores intelectualmente, dessa forma "[...] a linguagem apresenta um caráter social de união dos homens e das unidades sociais [...]" (MORTATTI, 2000, p. 68).

A terceira faculdade de espírito trabalhada na cartilha João de Deus e propagada por Silva Jardim é referente à atividade, reporta a um ensino adequado e voltado às crianças, e visa "uma educação positiva e enciclopédica – prática, útil e racional -, apropriada à vida

⁵ Mantida a ortografia da época.

moderna” (MORTATTI, 2000, p. 69), pois vê a criança como um ser em fase de formação, imperfeito e que erra muito.

A Cartilha Maternal, difundida no Brasil por Silva Jardim não tem longa duração como em Portugal, mas colaborou para a alfabetização ter lugar como objeto de estudo em nosso país.

No segundo momento, de 1890 a 1920, a autora trabalha o Método Analítico (Global) e aponta que Arnaldo de Oliveira Barreto⁶ foi um dos principais propagadores deste método no Brasil. As disputas entre os métodos utilizados no Brasil continuaram grandes. Foi a partir dessas disputas que Antônio Caetano de Campos iniciou a reforma da instrução pública de São Paulo em 1890. A reforma defendia uma educação de qualidade, a mudança na concepção de educação e na organização da escola. A ideia era alcançar um nível de educação igualitário com países mais avançados. A reforma visava ao positivismo, cientificidade e aos métodos intuitivos⁷ e analíticos para o ensino de todas as matérias e da leitura. A reforma veio para “oficializar, institucionalizar e sistematizar um conjunto de aspirações educacionais amplamente divulgadas no final do Império brasileiro” (MORTATTI, 2000, p. 78).

Entre 1909 e 1910 a 1920 o método analítico tornou-se obrigatório em nosso país. O governo compra livros didáticos e passa a distribuir nas escolas públicas de ensino. No ano de 1892, a reforma foi aperfeiçoada por Gabriel Prestes e executado por Cesário Motta Junior. Esse momento termina com a reforma Sampaio Dória (Lei n.1750, de 1920) que garante autonomia aos professores na arte de ensinar.

O método analítico se opõe aos ensinamentos do método sintético. Parte da decomposição, do todo para as partes, do mais complexo para o mais simples. E subdivide-se em: Ideovisual, Ideográfico ou de Palavras-tipo (1936), partindo de uma motivação por parte da criança (podendo ser desenho, verso, texto), relacionando com a palavra. Após essa etapa progride para o método de palavração⁸. Um outro tipo, é a Sentenciação (1768), parte da frase para depois chegar às palavras, fonemas e sílabas. E ainda há o Conto ou Historieta, parte da história, havendo significado para as crianças. O método defendia o estímulo à leitura com sentidos e a importância da criança em ler e não decodificar símbolos, o objetivo era que as crianças conseguissem compreender o significado de um texto, utilizando pontuação e entendendo o sentido do mesmo. De modo geral, das subdivisões do método, o da palavração

⁶Arnaldo de Oliveira Barreto (1869-1925) foi um professor que se preocupava com os livros destinados às crianças. Com isso tornou-se o principal propagador do método analítico no Brasil.

⁷O método Intuitivo se propagou no Brasil por Rui Barbosa, na década de 1870. O método tratava de um ensino concreto, com objetos e que trouxesse significado para criança naquele processo, deixando de ser abstrato e sem significado para a mesma.

⁸Como já estudado anteriormente, o ponto de partida do método é a palavra.

era o mais utilizado. Mas ainda não gerava um entendimento do texto e não se conseguia compreender o significado. Assim,

Usados de forma exclusiva ou parcial, apresentam as seguintes limitações:
O trabalho com elementos isolados (frase e palavra), não favorece a compreensão de um texto.
Enfatizam construções artificiais e repetitivas de palavras, frases e textos, muitas vezes a serviço da repetição e da memorização. (SALVADOR, ano ?, p. 5).

O método analítico foi institucionalizado em São Paulo, por meio da publicação do documento Instruções práticas para o ensino da leitura pelo methodoanalytico – modelos de lições. (Diretoria Geral da Instrução Pública/SP – [1915]). O documento trazia como prioridade a historieta como ponto de partida do método para o ensino de leitura e escrita.

As cartilhas com Métodos Analíticos só passam a ser impressas a partir de 1890. A primeira cartilha foi “Primeiro livro de leitura” de Maria Guilhermina Loureiro de Andrade, utilizando o método da palavrção.

Algumas cartilhas do método analítico:

- Arte da Leitura – Luiz Cardoso Franco



Fonte: Blogpost – Espaço Saber (2013)

- Cartilha das Mães – Arnaldo de Oliveira Barreto



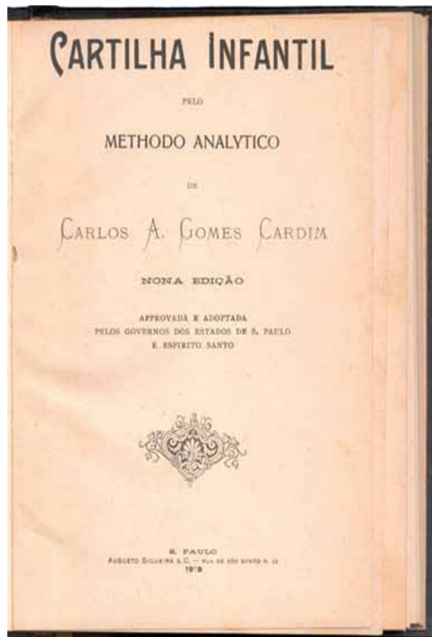
Fonte: Blogpost – Espaço Saber (2013)

- Cartilha Analytica – Arnaldo de Oliveira Barreto



Fonte: Blogpost – Espaço Saber (2013)

- Cartilha Moderna – Ramon Roca Dordal
- Meu Livro (Leitura Analytica) (1909) – Theodoro Jeronymo de Moraes
- Cartilha Infantil (1910) – Carlos Alberto Gomes Cardim



Fonte: Blogpost – Espaço Saber (2013)

- Cartilha (Leituras Infantis) (1910) e Primeiros Passos (Leituras Infantis) (1912) – Francisco Mendes Vianna.
- Nova Cartilha Analytico-Synthetica (1915) - Mariano de Oliveira



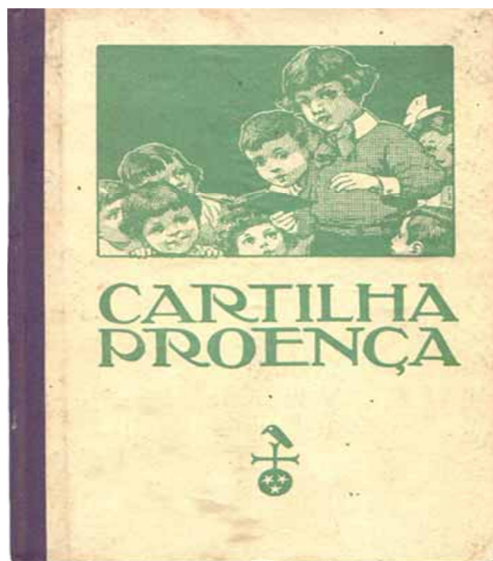
Fonte: Blogpost – Espaço Saber (2013)

- Cartilha Ensino-Rápido da Leitura (1920) – Mariano de Oliveira



Fonte: Blogpost – Espaço Saber (2013)

- Cartilha Primeiro Livro (1920) – Altina Rodrigues de Albuquerque Freitas
- Cartilha Proença (1920) – Antônio Firmino de Proença



Fonte: Blogpost – Espaço Saber (2013)

- Cartilha de Alfabetização (1923) – Benedito M. Tolosa

A partir da publicação das cartilhas, os defensores dos Métodos Analíticos e Sintéticos iniciaram uma disputa para defender o revolucionário Método Analítico ou o tradicional Método Sintético. Essa rivalidade ocorrida entre os defensores de cada Método criou um novo modo de pensar a didática do ensino, passou-se a pensar no como ensinar e a quem ensinar.

Noter terceiro momento da história da alfabetização no Brasil, que inicia a partir da década de 1920 e se estende até 1970, os professores, após a Reforma Sampaio Doria⁹, começaram a buscar novos métodos de ensino, recusando-se assim a utilizar os métodos analíticos e sintéticos. A partir dessa recusa os professores começaram a articular os dois métodos já propostos. Dessa forma criou-se o método eclético, também conhecido como método misto.

Como tentativa de superar os problemas dos Métodos utilizados anteriormente (analíticos e sintéticos), o método eclético trabalha com a análise e síntese das palavras, justificando que esse processo ocorre simultaneamente na aprendizagem da leitura e escrita. Ainda neste método, os textos estão desvinculados da realidade do aluno, não trazendo significado para a criança.

O método se alastrou a partir da divulgação do livro “Testes ABC para verificação da maturidade necessária ao aprendizado da leitura e escrita” publicado em 1934, por Lourenço Filho¹⁰ (1897 -1970). O livro tratava da maturidade das crianças no processo de ensino-aprendizagem com testes para avaliar essa maturidade individual. Esse teste abordava o fracasso escolar e a dificuldade de aprendizagem e ressaltava a importância de o método atender os tipos de maturidade e tempo dos alfabetizandos na aprendizagem. Com isso vê as classes homogêneas como ponto fundamental no ensino e aprendizagem da leitura e escrita. Para Mortatti (2000, p. 148),

Do ponto de vista da psicologia aplicada à educação e à organização escolar, o problema desse fracasso é aplicado não em termos de Quociente de Inteligência (QI) ou interesse, como propõe seus contemporâneos, mas como decorrente de diferenças individuais de nível de maturidade que, em classes heterogêneas de 1º grau, apresentavam-se como velocidades variáveis de aprendizado, com as quais não se trabalha adequadamente.

O objetivo dos testes era a melhoria do ensino público no Brasil e a otimização do tempo trabalhado com os alunos.

A partir de 1930 a produção das cartilhas escolares começa a crescer em todo o país, não deixando de circular, as cartilhas anteriores a essa época. Acompanhando as cartilhas de 1930 vem as instruções para o professor, denominados de Manual do Professor ou Guia do Mestre e algumas também acompanham cadernos de exercícios e jogos pedagógicos para as crianças. Além das cartilhas de alfabetização é nesse mesmo momento que se inicia a produção de pré-livros, esses destinados às crianças da pré-escola. Surgem também cartilhas

⁹ Antônio de Sampaio Doria (1883-1964) foi um político e professor brasileiro que coordenou várias reformas de ensino.

¹⁰ Lourenço Filho, escolanovista Paulista, foi um psicólogo voltado para a área da educação.

diferenciadas para alfabetização de adultos, para escolas rurais e para o ensino noturno, “[...] com propostas diferenciadas das cartilhas das crianças e para escolas urbanas” (MORTATTI, 2000, p. 203).

Ainda sobre este terceiro momento que segue até 1970, Mortatti (2006) afirma que se estabelece a alfabetização como medida de ensino. “[...] resulta o *como ensinar* subordinado à maturidade da criança a *quem se ensina*; as questões de ordem didática, portanto, encontram-se subordinadas às de ordem psicológica” (MORTATTI, 2006, p. 10). É incontestável a importância que Lourenço Filho dá à psicologia na educação, percebendo que o interesse da criança possuía papel fundamental na construção de uma escola que atendesse às necessidades sociais. Ele acreditava que era por meio da educação que a criança se incorporaria na sociedade.

Nos três momentos anteriores, proveniente dos métodos de alfabetização, foi evidenciado um fracasso escolar quanto aos métodos utilizados. As desvantagens existentes nos métodos não favoreciam o aprendizado das crianças na apropriação da leitura e escrita, sendo muito distante de suas realidades, não trazendo sentido e, dessa forma, não sendo compreendido como uma maneira de incorporar as crianças num meio social. As consequências do fracasso escolar traduziam-se “em altos índices de reprovação, repetência, evasão” (SOARES, 2003, p. 6).

No quarto momento, que se inicia na década de 1980 e se estende até os dias atuais, Mortatti (2000) levanta as questões sobre o construtivismo e afirma que não se tratar de um novo método de alfabetização, mas sim de um novo conceito de apropriação da leitura e escrita, que independe de cartilhas escolares. Para a autora,

Deslocando o eixo das discussões dos métodos de ensino para o processo de aprendizagem da criança (sujeito cognoscente), o construtivismo se apresenta, não como um método novo, mas como uma “revolução conceitual”, demandando, dentre outros aspectos, abandonarem-se as teorias e práticas tradicionais, desmetodizar-se o processo de alfabetização e se questionar a necessidade das cartilhas (MORTATTI, 2006, p. 10).

A fim de superar o fracasso escolar e acompanhar as novas propostas de educação, a partir da década de 1980, o resultado de estudos de psicogênese da língua escrita de Emília Ferreiro e Ana Teberosky¹¹ resultou no início do construtivismo no ensino de alfabetização no Brasil. A grande diferença entre os métodos utilizados até a década de 1980 e o construtivismo incorporado nesse processo é que

¹¹ Esta obra é um marco para as práticas educativas no país.

[...] enquanto nas primeiras considera-se que as relações entre o sistema fonológico e os sistemas alfabético e ortográfico devem ser objeto de instrução direta, explícita e sistemática, com certa autonomia em relação ao desenvolvimento de práticas de leitura e escrita, nas segundas, considera-se que essas relações não constituem propriamente objeto de ensino, pois sua aprendizagem deve ser incidental, implícita, assistemática, no pressuposto de que a criança é capaz de descobrir por si mesma as relações fonema-grafema, em sua interação com material escrito e por meio de experiências com práticas de leitura e de escrita (SOARES, 2003, p. 12).

O construtivismo baseava-se nos estudos do filósofo Jean Piaget, que abordava a apropriação do conhecimento e o desenvolvimento cognitivo para a aprendizagem. Ele acreditava que esse processo seria indissociável da capacidade do aluno e de suas experiências anteriores.

Piaget divide o desenvolvimento cognitivo, motor e verbal em:

- *Sensório-Motor (0-2 anos)*: Nesse primeiro estágio do desenvolvimento, a criança limita-se ao reflexo inato, a partir dos movimentos a criança passa a perceber o universo ao seu redor. É a fase que a criança descentraliza de seu próprio corpo.
- *Pré-operações (2-7 anos)*: No segundo estágio Piaget subdivide em Período da Inteligência Simbólica (2-4 anos) e o período Intuitivo (4-7 anos). Na *Inteligência Simbólica* a criança vive num mundo egocêntrico, é o período em que a imaginação aflora, em que o jogo de faz-de-conta, a fantasia são as principais formas de brincadeira da criança. E o período *Intuitivo* é quando a criança já distingue o real da brincadeira, e com isso passa a fase dos “porquês”.
- *Operações Concretas (7-11 anos)*: Caracterizada pela fase com que a criança consegue ordenar, classificar elementos.
- *Operações formais (11-15 anos)*: Quando a criança alcança seu nível mais elevado do desenvolvimento, quando possui “[...] a capacidade de raciocinar sobre enunciados, sobre hipóteses e não mais somente sobre objetos postos sobre a mesa ou imediatamente representados” (PIAGET, 1978, p. 240).

Os estudos de Jean Piaget, Emília Ferreiro e Ana Teberosky contribuíram para que se percebesse a criança como um ser ativo no processo de apropriação da leitura e escrita. Dessa forma, essa abordagem defende que não se deve centrar tanto nos métodos de ensino, mas sim na própria criança. Assim,

O construtivismo propõe que o aluno participe ativamente do próprio aprendizado, mediante a experimentação, a pesquisa em grupo, o estímulo a dúvida e o desenvolvimento do raciocínio, entre outros procedimentos. A partir de sua ação, vai

estabelecendo as propriedades dos objetos e construindo as características do mundo (NIEMANN; BRANDOLI, 2012, p. 7).

Segundo o construtivismo, a criança participa ativamente do processo de aprendizagem, em que o professor participa como mediador, perdendo-se a ideia de que o conhecimento é transferido da cabeça do professor para a cabeça do aluno. O professor deverá propor atividades que partam do interesse das crianças, que as estimulem, que as oportunizem a fazer suas próprias escolhas.

Emília Ferreiro critica o ensino tradicional até então posto em prática em seu país, desacredita que os métodos de ensino sejam favoráveis para a aprendizagem das crianças. A autora acredita que o processo de apropriação da leitura e da escrita não depende de um método de alfabetização, mas sim da própria concepção da criança sobre o processo de aprendizado.

Segundo Ferreiro (1985) o processo de apropriação de leitura e escrita deve fazer sentido para a vida da criança, levando em conta que cada criança possui uma bagagem de vida diferente da outra, e que cada uma dessas crianças possui um caminhot diverso de entrada no mundo letrado. Mas independente de onde essa criança venha (centro urbano ou campo) ela é inserida no mundo letrado antes de entrar na escola, por meio do contato com embalagens, TV, livros, etc. “Para tanto, não existe uma técnica específica de aprendizagem. Como já fez antes com outros tipos de objeto, vai descobrindo as propriedades dos sistemas simbólicos através de um prolongado processo construtivo” (FERREIRO, 1985, p. 43).

Os quatro momentos abordados pela Mortatti (2000) nos mostram o quanto houve disputa no campo da alfabetização na luta pela predominância de um determinado método nos vários momentos históricos. A busca de soluções para melhoria do ensino brasileiro fundava-se na ideia de, a partir do método anterior, criar um novo, melhor e mais desejável método de ensino. “Para viabilizar a mudança, tornou-se, portanto, necessário, em cada um dos quatro momentos cruciais, produzir uma versão do passado e desqualificá-la, como se se tratasse de uma herança incômoda, que impõe resistências à fundação do novo” (MORTATTI, 2006, p. 12).

Dentre os métodos de alfabetização abordados e o construtivismo como forma de desmetodização, podemos perceber que, diante de tantas diferenças e modos de pensar a alfabetização, todos eles possuem um ponto em comum: a busca de soluções e melhorias no processo de apropriação de leitura e escrita para as crianças.

2. ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO NAS PROPOSTAS CURRICULARES

2.1 Proposta Curricular de Florianópolis¹²

A atual Proposta do Município de Florianópolis foi elaborada no ano de 2008 por meio de discussões e com contribuições de educadores e gestores da rede. A rede de Florianópolis acredita que as propostas devem sempre estar em constantes discussões e atualizações. A proposta estudada neste trabalho aborda o último documento apresentado. O objetivo da proposta é que a partir do documento, e em complemento com os Parâmetros Curriculares Nacionais, as escolas da rede de Florianópolis elaborem seus Projetos Políticos Pedagógicos – PPP e currículos.

Os autores da Proposta afirmam reconhecer que ela não é definitiva e acabada. Acreditam que a mesma deverá estar sempre em reformulação por meio de discussões e atualizações. É nesta perspectiva de contemplar novos modos de pensar a educação que a Proposta pretende discutir o sistema do Ensino Fundamental de nove Anos. Assim, a Proposta traz discussões para que se reorganize o tempo, espaço e currículo e garanta a inclusão das crianças de seis anos no Ensino Fundamental. Segundo o documento,

A Secretaria Municipal de Educação teve o entendimento de que a implementação desta política não significava apenas incluir mais um ano na vida escolar da criança no Ensino Fundamental [...] Era a oportunidade para repensar a escola no seu todo, passando pela organização da estrutura escolar, discussão da infância, revisão/ressignificação do currículo do Ensino Fundamental (FLORIANÓPOLIS, 2008, p. 12).

Desse modo, a proposta traz elementos que fundamentam essas referências no sentido de propiciar a organização pedagógica para o Ensino Fundamental garantindo o direito à educação pública, gratuita e de qualidade a todas as crianças.

A proposta curricular de Florianópolis utiliza os termos alfabetização e letramento para se referir ao processo de apropriação da leitura e escrita das crianças. Citando Soares (2003, apud Florianópolis, 2008, p. 31), a proposta defende que letramento e alfabetização são “dois processos distintos de natureza essencialmente diferentes, entretanto, são interdependentes e mesmo indissociáveis. A alfabetização – a aquisição da tecnologia da

¹² Cabe salientar que em 1996, durante o governo de Sérgio Grando, a Rede Municipal de Florianópolis elaborou um documento intitulado “Traduzindo em ações: das diretrizes a uma proposta curricular” que abordava pressupostos teóricos de base histórico-cultural que convergem com muitas das discussões contemporâneas sobre o ensino e aprendizagem nas várias áreas do conhecimento, incluindo a área de Língua Portuguesa.

escrita – não precede nem é pré-requisito para o letramento, isto é, para a participação em práticas sociais de escrita”.

Ainda segundo Soares (2003, apud FLORIANÓPOLIS, p. 31) “a inserção no mundo da escrita se dá por meio da aquisição de uma tecnologia – a isso se chama alfabetização, e por meio do desenvolvimento de competências (habilidades, conhecimentos, atitudes) de uso efetivo dessa tecnologia em práticas sociais que envolvem a língua escrita – a isso se chama letramento”.

É nessa concepção de alfabetização e letramento que a proposta de Florianópolis se baseia. O documento trata a alfabetização e o letramento, como termos a serem utilizados juntos no processo de apropriação da leitura e escrita. Não é somente a escola a responsável por esse processo, pois a criança já tem acesso ao mundo letrado no meio em que vive, muito antes de chegar à idade escolar. Ainda de acordo com a proposta,

[...]a criança começa a construir sua competência comunicativa antes de entrar na escola, ao aprender sua língua, por meio do processo de socialização em família e grupos. Pode-se citar como exemplos, a conversa, o bate-papo informal, ouvir histórias e causos, o acesso à TV, por mais que produzem sentidos nas pessoas e que não há ação direta reflexiva sobre seu interlocutor; pode-se lembrar, também, o contato com a palavra escrita, pela leitura ou pelas imagens, quando observam as propagandas comerciais e os rótulos de produtos domésticos que agrupam imagens, letras e números; nomes de ruas e letreiros de ônibus, que agrupam palavras e números; assim como os que circulam no âmbito familiar, como: listas de compras, listas de dívidas a pagar, convites, calendários de parede, recados fixados na geladeira, cartão de controle de saúde, receitas culinárias, orações, folhetos, bíblia, dentre outros encontrados no *habitat* social. (FLORIANÓPOLIS, 2008, p. 31).

Apesar das discussões em torno de alfabetizar no contexto do letramento, a proposta afirma ainda que gera dúvida por parte dos professores da rede sobre com qual método trabalhar. Segundo Soares,

Ora, método, na área do ensino, é um conceito genérico sob o qual podem ser abrigadas tantas alternativas quanto quadros conceituais existirem ou vierem a existir. Particularmente no campo do ensino das línguas (materna ou estrangeira, oral ou escrita), um “método” é a soma de ações baseadas em um conjunto coerente de princípios ou de hipóteses psicológicas, linguísticas, pedagógicas, que respondem a objetivos determinados. Um método de alfabetização será, pois, o resultado da determinação dos *objetivos* a atingir (que conceitos, habilidades, atitudes caracterizarão a pessoa alfabetizada?), da opção por certos *paradigmas conceituais* (psicológico, linguístico, pedagógico), da definição, enfim, de ações, procedimentos, técnicas compatíveis com os objetivos visados e as opções teóricas assumidas (SOARES, 2003, p. 93).

Ao buscar responder aos professores qual o método de alfabetização utilizado no município de Florianópolis, a Proposta apresenta,

A questão mais importante da definição sobre qual é o método de Alfabetização da Rede, é que esta ultrapassa os limites da intervenção mediadora do(a) professor(a) de sala sobre a apropriação da notação do sistema de escrita alfabética e do processo de ensino e aprendizagem do ler e escrever das crianças aprendizes. Passa, entretanto, a ser responsabilidade de todos(as) educadores(as) da unidade educativa da Educação Básica.

.....
A batalha a ser travada, portanto, para que ocorra a transposição didática desses conceitos, está relacionada com a reorganização da ação pedagógica na escola e dos papéis assumidos dos(as) educadores(as) que nela atuam. (FLORIANÓPOLIS, 2008, p. 33).

Diante de tais questões e com o intuito de aprofundá-las, a proposta adianta que foi por meio da formação continuada para os educadores da rede, que aconteceu no ano de 2007, que esses pontos foram abordados significativamente. Nessa formação foram discutidos aspectos relevantes para se trabalhar a alfabetização na rede de Florianópolis. Dentre eles está o da **Articulação dos espaços da sala de aula**, em que é discutido sobre os planejamentos dos professores. Este ponto debateu sobre as propostas significativas para as crianças e que devem estar articuladas com os planejamentos dos outros integrantes dessa formação (bibliotecários, auxiliar de sala, professor da sala informatizada, professor de Educação Física), tendo a intenção de que esse seja um processo contínuo e permanente, com orientação do coordenador pedagógico da escola.

Outro elemento da rede de Florianópolis inserida nesse ponto das **Articulação dos espaços da sala de aula** é quando aborda sobre contação de histórias e biblioteca, afirmando que é necessário que haja um espaço com almofadas e tapetes para este momento, ficando confortável e prazeroso ouvir e ler histórias.

No item da proposta, intitulada “A **Organização do tempo e do espaço da ação pedagógica em sala de aula e outros espaços da escola**” há a afirmação de que as interações entre as crianças é ponto fundamental no âmbito do letramento, pois é nesse processo que se estabelecem relações com o mundo. A organização da sala deve ser feita de forma que as crianças interajam, evitando, assim, as carteiras em filas e priorizando a organização em duplas ou círculos. É necessário também que as crianças tenham livre acesso a jogos pedagógicos, ao alfabeto, aos numerais, ao nome de todas as crianças da turma, calendários, mapas, dicionários, livros variados, havendo tempo para explorar tais objetos indispensáveis à apropriação da leitura e escrita na proposta do letramento.

Ao pensar a organização do currículo, as crianças do Bloco Inicial de Alfabetização – BIA (assim denominado na proposta) possuem o direito de diversos saberes que lhes devem ser ensinados. Dentre eles, destaca-se o aspecto em que devem “ser encorajadas a pensar, a discutir, a conversar e, especialmente, a raciocinar sobre a escrita alfabética” (FLORIANÓPOLIS, 2008, p. 37).

A proposta afirma que o professor deve sempre levar em conta o que as crianças anseiam em aprender, buscando o foco na criança,

[...] partindo do conhecimento dos seus interesses e preferências, de suas formas de aprender, de suas facilidades e dificuldades, de como é seu grupo familiar e social, sua vida dentro e fora da escola [...]. (FLORIANÓPOLIS, 2008, p. 45).

As crianças também deverão saber utilizar as diversas tecnologias digitais hoje existentes, utilizar os diferentes gêneros textuais, resolver e interpretar problemas matemáticos, adequar seu discurso oral a diferentes momentos, lugares e pessoas, etc. Quando aborda o planejamento na escola, a Proposta Curricular de Florianópolis cita o documento do MEC (2006), extraído do livro “Ensino Fundamental de Nove Anos: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade”. A proposta traz observações importantes a serem implantadas no planejamento. Assim, afirma:

Nesta perspectiva, o desafio da escola é inserir e possibilitar a vivência do mundo da escrita – alfabética e numérica – objetivando o desenvolvimento da competência comunicativa através do domínio dos gêneros orais e escritos e a compreensão do sistema de numeração decimal e a capacidade de resolver situações-problema, dando condições à criança de operar com os modos de pensar e produzir da cultura escrita (FLORIANÓPOLIS, 2008, p. 42).

E é diante desses aspectos, do que a criança aprendeu ou não, que se baseia o sistema de avaliação desse processo. “Compreende-se o processo avaliativo como uma progressão continuada que é assegurar a aprendizagem das capacidades pertinentes em cada nível de escolarização” (FLORIANÓPOLIS, 2008, p. 41).

A Proposta ainda cita a Resolução nº 01/06, do Conselho Municipal de Educação que afirma que “a avaliação do processo educativo deve ser contínua, diagnóstica, formativa e baseada em objetivos educacionais definidos, de forma a orientar a organização da prática educativa em função das necessidades de aprendizagem e desenvolvimento das crianças e adolescentes” (CME, 2006, apud Florianópolis, 2008, p. 41).

Pode-se perceber que a avaliação da rede de Florianópolis é validada por meio dos métodos de observação e registro das crianças, uma auto-avaliação com o intuito que a criança perceba sua própria aprendizagem, espaços para ouvir os pais ou responsáveis e descrição afirmativa do que a criança aprendeu nesse processo.

A partir do estudo feito sobre a Proposta Curricular de Florianópolis pode-se perceber a importância dada ao processo de aprendizagem da criança, sem deixar de pensar na mesma como um ser ativo nesse caminho a seguir. Ou seja, ensinar a ler e escrever de forma que aborde o contexto social em que aquelas crianças específicas vivem é parte fundamental desse processo segundo o documento do Município.

2.2 Proposta Curricular de Santa Catarina

A introdução da Proposta Curricular de Santa Catarina apresenta um breve histórico dos movimentos políticos no Brasil e a consequência que esses movimentos trouxeram para a educação. A partir desse levantamento da história, o documento traz um apanhado sobre como se consolidou a Proposta Curricular do Estado de Santa Catarina.

De 1964 a 1985 o Brasil passava pelo período ditatorial, em que predominava a ordem militar, garantindo os interesses políticos e econômicos do capitalismo. O ensino servia aos princípios do governo e dos grupos econômicos dominantes da época. A educação era tecnicista, em que as técnicas de educação eram superiores aos conteúdos curriculares. Em 1985 o país passa por uma redemocratização terminando a ditadura militar, dessa forma a educação passa a ser amplamente discutida, trazendo à tona as questões curriculares, introduzindo mudanças na educação.

A primeira Proposta Curricular de Santa Catarina foi organizado ano de 1988 a 1991. Diante do momento histórico vivido na época, os educadores do Estado sentiram a necessidade de aprofundar e melhorar a proposta existente.

Em 1996, a Secretaria de Estado da Educação compôs o Grupo Multidisciplinar, composto por professores de todo o Estado de Santa Catarina e com auxílio de consultores das Universidades de todo o país. A Proposta de 1998 aborda as disciplinas curriculares não exemplificando como os conteúdos devem vir a ser trabalhados dentro da sala de aula.

Em 2003, a Secretaria de Estado da Educação busca publicar documentos que enfatizem a prática pedagógica dentro da sala de aula. A Proposta de 1998 garante os

referenciais teóricos para essa nova Proposta, sendo então a Proposta de 2005 uma complementação da anterior e não uma substituição da mesma.

Nessa época a Secretaria de Estado da Educação, junto com a Diretoria de Educação Básica e Profissional, organiza seis Grupos de Trabalho. Os grupos são compostos por educadores, especialistas, gestores e consultores de todo o Estado de Santa Catarina. Cada grupo abordou um tema multidisciplinar e realizou um documento norteador para a nova Proposta Curricular do Estado. Os temas propostos foram: educação e infância, alfabetização com letramento, educação e trabalho, educação de trabalhadores, ensino noturno e educação de jovens. De acordo com a proposta,

A ideia central é contextualizar a proposta curricular na era do conhecimento. A questão é situar o processo ensino-aprendizagem no mundo novo, em que se concebe uma organização escolar que também aprende. Isso pressupõe a gestão democrática, o respeito mútuo, o pluralismo de idéias, a educação inter e multidisciplinar, a integração com a comunidade e a humildade de aprender sempre em conjunto com os outros (SANTA CATARINA, 2005, p. 7).

Para este trabalho, especificamente, interessa-me compreender como o Estado de Santa Catarina situa a alfabetização com as crianças. A partir disso enfocarei no que as Propostas de 1998 e 2005 trazem sobre o assunto.

A Proposta Curricular de Santa Catarina (1998), no decorrer de seu texto, nos mostra exemplos e caminhos a serem tomados na hora de alfabetizar as crianças dentro da sala de aula, apontando para uma alfabetização longe dos métodos tradicionais e nos fazendo perceber que o letramento é a forma mais eficaz de aprendizado com significado, e dessa forma, trazendo um resultado melhor. A Proposta Curricular de Santa Catarina (2005) passa a abordar mais profundamente o conceito de letramento na alfabetização. Ela inicia nos trazendo o sentido dessas duas palavras-chaves nesse processo. “[...] a **alfabetização** é entendida como processo de apropriação do sistema de escrita, do domínio do sistema alfabético-ortográfico. [...]. E o **letramento** refere-se ao processo de inclusão e participação na cultura escrita, envolvendo o uso da língua em situações reais” (SANTA CATARINA, 2005, p. 24).

A Proposta em questão acredita que os dois conceitos, alfabetização e letramento, devem seguir juntos nessa caminhada, pois assim a criança será capaz de ler e entender o que está sendo lido. Muitos métodos de alfabetização utilizados trabalham apenas a alfabetização, conseguindo com que a criança aprenda a ler e escrever corretamente, mas muitas dessas crianças não conseguirão entender e não conseguirão utilizar a língua socialmente. “A busca

da articulação entre os dois processos, alfabetização e letramento, implica fundamentalmente uma concepção dialógica e interdiscursiva da linguagem, ou seja, considerá-la atividade criadora e mobilizadora da língua escrita em práticas sociais diversificadas” (SANTA CATARINA, 2005, p. 25).

A Propostade Santa Catarina defende que não podemos ignorar o repertório que as crianças já trazem para dentro da escola. Pois o processo de apropriação da leitura e escrita acontece quase que exclusivamente dentro da escola, já o processo de letramento ocorre por meio das vivências, das práticas sociais da vida da criança dentro e fora da escola. E deve ser por meio dessas bagagens, de suas singularidades, de se tratar a infância como ponto fundamental e do brincar indissociável desse processo, que o trabalho de apropriação da leitura e escrita deve ser iniciado, para que assim traga sentido e significado tornando-se algo prazeroso de ser aprendido.

Segundo a Proposta Curricular de Santa Catarina (1998, p. 35) “A alfabetização constitui-se numa atividade interativa, interdiscursiva de apropriação de diferentes linguagens produzidas culturalmente. Dentre elas situa-se a escrita como um artefato presente em todas as atividades das sociedades letradas”. E para que essa introdução ao mundo letrado seja significativa para a criança,

[...] a escola deve intensificar, no interior da sala de aula, a interação com as produções gráficas utilizadas no meio cultural. Produções que possuem funções específicas conforme o contexto social em que foram produzidas – função de registro, divulgação de informações e conhecimentos, lazer, comunicação, identificação, expressão de sentimentos e vivências. A interação com tais produções e suas funções permite que a criança perceba a importância da escrita na relação com os outros, tornando-a necessária. (SANTA CATARINA, 1998, p. 36).

De acordo com a Proposta Curricular de Santa Catarina (2005, p. 22) “No processo de alfabetização, o convívio com a linguagem escrita deve ser uma atividade real e significativa, na qual as crianças interagem com diferentes conhecimentos e manifestações linguísticas”. Buscar introduzir a criança nesse processo de apropriação ao mundo letrado por meio de sua cultura, de seus conhecimentos, é um modo de fazer com que esse processo traga sentido naquela nova descoberta.

Iniciar a alfabetização extraindo palavras de textos para decompô-las não traz esse significado, segundo a Proposta Curricular de Santa Catarina (1998, p. 37) “o ensino da língua pautado em elementos isolados como letras, sílabas, palavras, sons, além de descaracterizar a própria língua, dificulta a significação do real”.

O planejamento entra como ponto fundamental desse processo e a Proposta Curricular de Santa Catarina (2005) acredita que o mesmo deve estar articulado com o Projeto Político Pedagógico da escola. Dessa forma,

O processo de ensino e aprendizagem não pode ser conduzido de forma aleatória, assistemática, limitada ao espontaneísmo ou apenas à memorização. Ressalta-se a importância do planejamento, da organização das classes de alfabetização e das rotinas a serem praticadas em sala de aula, a partir do conhecimento do professor sobre a realidade do aluno e diagnóstico da classe (SANTA CATARINA, 2005, p. 36).

A proposta refere-se ao planejamento afirmando serem importantes atividades elaboradas diante de um objetivo específico, para que o conteúdo ministrado tenha sentido e faça diferença na aprendizagem da criança. Assim,

[...] o professor alfabetizador elaborará seu planejamento com objetividade e clareza de quais atividades de aprendizagem são necessárias à apropriação dos conceitos advindos dos conteúdos ensinados. (SANTA CATARINA, 2005, p. 40).

A metodologia de ensino se baseia na arte de ensinar conteúdos significativos para a criança, em que se parta do seu interesse. A partir disso,

Não é possível pensar em um processo de ensino e aprendizagem baseado na improvisação, em que atividades de sala de aula vão surgindo, umas após outras, de acordo, apenas, com o interesse manifestado pelos alunos. O professor é o responsável pelo ensino e, conseqüentemente, pela elaboração das atividades que conduzirão à aprendizagem. Isto implica problematizar situações das quais conteúdos são selecionados, apontando finalidades e razões para os alunos quererem se apropriar dos conceitos científicos (SANTA CATARINA, 2005, p. 40).

O papel do professor é instigar, provocar e desenvolver atividades com os alunos que garantam a construção do conhecimento. Cabe ao professor ir além do conhecimento prévio do aluno, cabe a ele trazer elementos, materiais que instiguem a participação e o interesse das crianças em conteúdos que não fazem parte de seu interesse, mas que seja importante para o seu desenvolvimento.

As tecnologias vêm dominando o mundo, sendo indispensável pensar nesse novo mundo digital dentro da sala de aula, pois as próprias crianças trazem esses instrumentos. “Superar os desafios que se apresentam pelas novas tecnologias, **utilizando-as como mediadoras do processo de ensino e aprendizagem**, conduz à ação transformadora da prática pedagógica” (SANTA CATARINA, 2005, p. 33, grifo nosso).

Segundo a Proposta Curricular de Santa Catarina (2005, p. 35) possuir materiais específicos e interessantes ao acesso das crianças dentro da sala de aula, incentiva-as ao processo de apropriação da leitura e escrita. As tecnologias podem ser grandes aliadas dos educadores, pois as crianças de hoje, nascem num mundo totalmente tecnológico e esta é uma ferramenta muito utilizada por elas. Trazer a tecnologia para sala de aula é uma forma de estímulo para que a criança participe e se interesse mais por esse processo. Assim,

Consequentemente, o ambiente alfabetizador, rico de materiais escritos a serem manuseados constantemente pela criança, através de atividades previstas pelo professor, de forma contextualizada e significativa, promoverá a aprendizagem das diferentes funções sociais da escrita no contexto em que ela se produz (SANTA CATARINA, 2005, p. 35).

A sala de aula é o lugar de socialização e aprendizado, com isso é necessário que possua um clima de interesse, que seja aconchegante e que instigue a criança a aprender sempre mais. Por isso,

A presença de materiais como: alfabetos escritos em diferentes tipos de letras, pôsteres, bibliotecas de sala de aula, cartazes, jogos com instruções, anotações de projetos desenvolvidos em sala de aula, datas de aniversários, etiquetas, rótulos, calendários, jornais, convites, livros, revistas, etc. constitui estímulo ao processo de ensino e aprendizagem da leitura e escrita (SANTA CATARINA, 2005, p. 35).

Com a presença desses materiais ao alcance das crianças o ambiente da sala de aula estará mais rico, favorecendo a mediação e intervenção do professor, sendo possível uma aula mais dinâmica. Segundo a Proposta Curricular de Santa Catarina (2005, p. 33) a classe de alfabetização “Deve ser envolvente, preparado sistemática e intencionalmente e possibilitar a interação efetiva entre os participantes do processo e a realidade circundante (as experiências individuais e coletivas dos alunos, a situação social da Escola e da comunidade)”. E para que tal interação seja explorada de forma enriquecedora, a disposição das carteiras em círculos, semicírculos ou em duplas é a melhor maneira de se trabalhar.

Segundo a Proposta Curricular de Santa Catarina, (1998) os procedimentos avaliativos ainda existentes no país são inadequados, afirma que não é a partir de provas, testes, trabalhos que será possível perceber o aprendizado real da criança que está sendo avaliada, esses procedimentos apenas fazem com que a criança memorize o conteúdo em questão. A Proposta defende a ideia de que a avaliação deve levar a criança a pensar, criar, criticar e ter autonomia. Segundo a proposta,

Apesar de todos os estudos que vêm sendo desenvolvidos, sabemos que a avaliação, na prática pedagógica, ainda está calcada num conjunto de conteúdos que, muitas vezes, assumem um caráter artificial, porque abreviados, resumidos e fragmentados, comprometem a qualidade de ensino. Portanto, rever o processo de avaliação não significa analisá-lo isoladamente e sim, refletir sobre todos os aspectos que envolvem o ato pedagógico e a escola como um todo (SANTA CATARINA, 1998, p. 40).

Dando continuidade a esse ponto de vista sobre a avaliação, a Proposta do Estado de Santa Catarina (2005) afirma que,

[...] a avaliação será cumulativa, processual e contínua. Acompanhará a trajetória do aluno considerando o nível de apropriação de seus conhecimentos. Nesta perspectiva, não tem caráter classificatório, e, sim, diagnóstico, isto é, o de verificar não somente o aproveitamento do aluno como também os efeitos da prática do professor, com atualização constante do trabalho pedagógico (SANTA CATARINA, 2005, p. 40).

A proposta se baseia no ensino de alfabetizar letrando, fazendo das vivências e participações das crianças pontos-chaves desse processo. Pensar a criança como ser ativo na apropriação da leitura e escrita é pensar um modo significativo e prazeroso para que ela aprenda. Dessa forma o interesse será maior e o resultado mais significativo.

Nas duas propostas estudadas – Municipal (Florianópolis) e Estadual (Santa Catarina) – podemos destacar pontos relevantes e que foram abordados com o mesmo significado. Alfabetizar letrando é o ponto em comum entre elas e que se destaca. As duas propostas defendem que alfabetizar e letrar são processos diferentes, mas que devem caminhar juntos. Para que assim a criança se aproprie não só do sistema de escrita (ponto que é fundamental nesse processo), mas também seja incluída na cultura letrada.

A partir dessa perspectiva e dos conceitos de alfabetização e letramento expostos nas propostas, os documentos defendem que o processo de letramento não se inicia na escola, pois antes a criança entra em contato com meios sociais que a fazem compreender o mundo em que vive. E é a partir desses contatos que a escola deve iniciar o processo de apropriação da leitura e da escrita, para que haja interesse e faça sentido para a criança.

Acreditando na perspectiva de interação como modo de aprendizado, as duas propostas sinalizam que a estrutura da sala de aula, da escola, deve estar voltada para que essa interação aconteça. Desde a organização das carteiras dentro da sala de aula, o clima de uma contação de histórias, aos materiais dispostos na sala para manuseio das crianças, são pontos

discutidos e defendidos de forma que a criança aproveite, interaja e aprenda de maneira significativa.

A Proposta de Santa Catarina pontua que o planejamento deve estar articulado com o Projeto Político Pedagógico, com objetivos específicos para um bom aprendizado das crianças. A Proposta de Florianópolis acrescenta que o planejamento da professora deve estar ligado com o planejamento dos outros professores da criança, para que assim, haja uma relação entre as aulas, com isso trazendo mais sentido e seja mais fácil de ser compreendido.

Quanto ao processo de avaliação, as duas propostas concordam quando afirmam que a mesma deve ser contínua e processual, para que seja possível perceber o que a criança realmente aprendeu por meio de todo o processo e não apenas por uma prova.

Pontos fundamentais foram abordados nas propostas estudadas, pontos estes que devem ser levados em conta na hora de ensinar as crianças. Quando esses documentos estudados defendem o ensino na perspectiva do alfabetizar letrando, significa que pensam cada criança com sua singularidade fazendo parte desse processo.

3. ALFABETIZAÇÃO NA PERSPECTIVA DO LETRAMENTO

Ainda na década de 1980 e início dos anos de 1990 chegam até nós os estudos da perspectiva histórico-cultural representada principalmente por Vygotsky (autor russo que elabora sua teoria por volta de 1924 -1934).

Vygotsky defende que conhecimento e aprendizagem são processos distintos, mas que devem sempre caminhar juntos desde o nascimento da criança, pois o desenvolvimento é construído na interação com o aprendizado. Assim,

[...] o conceito de interação (ação entre os seres humanos, suas relações sociais, próprias da espécie), ou seja, à medida que os seres vão interagindo, vão internalizando formas de ser e de pensar sobre o mundo que os rodeia. As relações que são, a princípio intersíquicas, passam ao plano intrapsíquico. Constituímo-nos com o outro, pelo outro a partir de condições postas pelas mediações possíveis num determinado tempo e espaço, ou seja, no decurso da história (AGUIAR, 2013, p. 6).

Vygotsky elabora o conceito de Zona de Desenvolvimento Proximal, que se constitui a partir de dois níveis: Real e Potencial. O desenvolvimento real é quando a criança já possui a capacidade de realizar algum tipo de problema sozinha e o desenvolvimento potencial é quando a criança ainda necessita da mediação de um adulto para resolver o problema. A distância entre esses dois níveis do desenvolvimento é denominado pelo autor como Zona do Desenvolvimento Proximal. Segundo Vygotsky, “o que a criança é capaz de fazer hoje em cooperação, será capaz de fazer amanhã sozinha” (VYGOTSKY, 1993, p. 89). Dessa forma defende que o ensino deve focar-se naquilo que a criança ainda não sabe, mas a partir de um incentivo e mediação, possa vir a saber.

O papel da escola, para Vygotsky, é possibilitar a mediação do conhecimento. Na escola, o professor é o principal mediador do processo de aprendizagem das crianças, devendo trabalhar na Zona de Desenvolvimento Proximal para fazer com que a criança seja capaz de transformar o que era potencial em real, aprimorando, assim, novos conhecimentos e habilidades, portanto, trata-se de um conceito dinâmico.

Segundo Vygotsky, os adultos têm fundamental importância no desenvolvimento das crianças, pois é a partir das interações e mediações com eles e com outras crianças que elas aprendem, comunicam-se por meio da linguagem, compartilham os costumes da cultura em que vivem.

Vygotsky se contrapõe aos estudos de Piaget por este centrar o processo de construção do conhecimento como prioritariamente subjetivo. Vygotsky defende que o

conhecimento depende das interações com outras pessoas e com objetos, deixando em evidência, assim, que o conhecimento depende da experiência social, em que a cultura é um forte aliado do que pensamos e do que somos.

Mesmo havendo certas discordâncias entre essas teorias, cabe destacar que ambas passaram a ver a criança como agente ativo no processo de aprendizagem, diferente do modo como eram vistas anteriormente.

Os principais conceitos desenvolvidos por Vygotsky (mediação, interação, dentre outros) estão presentes nas discussões sobre o ensino, a aprendizagem, a apropriação da escrita, abordados nas propostas curriculares de Florianópolis e de Santa Catarina que apontam para a necessidade de que as práticas sociais de leitura e escrita façam sentido para as crianças.

No bojo das discussões dos anos de 1980 fez-se necessário a criação de um termo para conceituar as práticas sociais de leitura e escrita. Para isso designou-se a palavra letramento. Segundo Soares (1998), letramento é o “resultado da ação de ensinar e aprender as práticas sociais de leitura e escrita. O estado ou condição que adquire um grupo social ou um indivíduo como consequência de ter-se apropriado da escrita e de suas práticas sociais.”. Ainda segundo a autora, o termo alfabetização, significa, “processo de aquisição do código escrito, das habilidades de leitura e escrita” (2003, p.15).

Tfouni (1995, p. 20) distingue alfabetização e letramento afirmando que, “Enquanto a alfabetização se ocupa da aquisição da escrita por um indivíduo, ou grupo de indivíduos, o letramento focaliza os aspectos sócio-históricos da aquisição de um sistema escrito por uma sociedade”.

Como já analisado anteriormente, alfabetização e letramento são dois conceitos que devem ser inseparáveis no ensino das crianças. Para um bom aprendizado dos alunos é necessário um processo de ensino com qualidade e sentido. Para os PCNs,

[...] não se deve ensinar a escrever por meio de práticas centradas apenas na codificação de sons em letras. Ao contrário, é preciso oferecer aos alunos inúmeras oportunidades de aprenderem a escrever em condições semelhantes às que caracterizam a escrita fora da escola. É preciso que se coloquem as questões centrais da produção desde o início: como escrever, considerando, ao mesmo tempo, o que pretendem dizer e a quem o texto se destina— afinal, a eficácia da escrita se caracteriza pela aproximação máxima entre a intenção de dizer, o que efetivamente se escreve e a interpretação de quem lê. É preciso que aprendam os aspectos notacionais da escrita (o princípio alfabético e as restrições ortográficas) no interior de um processo de aprendizagem dos usos da linguagem escrita (BRASIL, 1997, p. 48).

O letramento surge como um modo de somar à alfabetização, sendo impreterível o uso dos dois termos no processo de apropriação da leitura e da escrita. Os PCNs defendem que

Letramento, aqui, é entendido como produto da participação em práticas sociais que usam a escrita como sistema simbólico e tecnologia. São práticas discursivas que precisam da escrita para torná-las significativas, ainda que às vezes não envolvam as atividades específicas de ler ou escrever. Dessa concepção decorre o entendimento de que, nas sociedades urbanas modernas, não existe grau zero de letramento, pois nelas é impossível não participar, de alguma forma, de algumas dessas práticas (BRASIL, 1997, p. 21).

Soares (1998) diferencia os termos alfabetização e letramento, defendendo que cada palavra possui um conceito diferente. A autora diz que,

[...] um indivíduo alfabetizado não é necessariamente um indivíduo letrado; alfabetizado é aquele indivíduo que sabe ler e escrever; já o indivíduo letrado, o indivíduo que vive em estado de letramento, é não só aquele que sabe ler e escrever, mas aquele que usa socialmente a leitura e a escrita, pratica a leitura e a escrita, respondendo adequadamente às demandas sociais de leitura e escrita (SOARES, 1998, p. 40).

Em concordância com Soares (1998), Leite (2001) acredita que a alfabetização inicia antes mesmo de a criança entrar na escola, acontecendo pela mediação dos adultos na interação do sujeito com a escrita. Segundo o autor,

É função da escola dar continuidade, agora de forma sistematizada, a esse processo que vem se realizando “naturalmente”, por meio do qual a criança vem tomando contato com a escrita verdadeira, pelas diversas práticas sociais de que participa (LEITE, 2001, p. 29).

A mediação no processo de ensino-aprendizagem e os recursos utilizados são muito importantes para que a criança se reconheça nesse processo e que veja sentido no ensino. Segundo Barbato,

O professor mediador alterna também assuntos já conhecidos e estudados com novas atividades, construindo andaimes para as novas práticas a partir do que os alunos já conhecem, ampliando seus conhecimentos.

.....
O professor alterna a leitura com perguntas (o que, quem, como, quando, por que) que trabalham o conhecimento e as estruturas de diferentes gêneros apropriados para as crianças de seis anos (fábulas, bilhetes, cartas, histórias em quadrinho etc.); utilizando diferentes portadores (livros infantis, revistas, cartazes, suplementos em jornais etc.); oferecendo modelos de textos concretos; escrevendo ele mesmo no quadro sobre suas experiências (suas férias, uma narrativa sobre quando vai às compras, alguma lembrança de como brincava na infância, uma descrição de seu

cachorro)para que todos acompanhem e deixando os alunos desenvolverem sua escrita autonomamente(BARBATO, 2007, p. 280).

Conciliar o mundo lá fora e vivenciado pelas crianças, com o que está sendo aprendido na escola, é um modo de que as crianças compreendam o sentido daquele ensino e se motivem a aprender cada vez mais. Na concepção de alfabetização crítica proposta por Amaral (2001), ela alega que, “torna-se necessário que as crianças reflitam sobre *o que é e para que serve* ler e escrever, a fim de que percebam a alfabetização como mais uma forma de expressão e ação pessoal, construída social e historicamente” (p. 87, grifos do autor).

Para que a criança se perceba nesse processo, é necessário que haja propósito no que se está aprendendo. Os PCNs consideram que,

Ensinar a escrever textos torna-se uma tarefa muito difícil fora do convívio com textos verdadeiros, com leitores e escritores verdadeiros e com situações de comunicação que os tornem necessários. Fora da escola escrevem-se textos dirigidos a interlocutores de fato. Todo texto pertence a um determinado gênero, com uma forma própria, que se pode aprender. Quando entram na escola, os textos que circulam socialmente cumprem um papel modelizador, servindo como fonte de referência, repertório textual, suporte da atividade intertextual. A diversidade textual que existe fora da escola pode e deve estar a serviço da expansão do conhecimento letrado do aluno (BRASIL, 1997, p. 28).

Quando o ensino se organiza a partir desses conceitos abordados pelos PCNs, pode-se perceber que a alfabetização e o letramento estão ocorrendo simultaneamente. Soares (1998), assim como os PCNs, acredita que

[...] o ideal seria *alfabetizar letrando*, ou seja: ensinar a ler e a escrever no contexto das práticas sócias da leitura e da escrita, de modo que o indivíduo se tornasse, ao mesmo tempo, *alfabetizado e letrado* (SOARES, 1998, p. 47, grifos do autor).

A partir dessas concepções acerca da alfabetização na perspectiva do letramento, Leite (2001) enfatiza que,

O desafio que se coloca para a escola, portanto, é possibilitar ao aluno ampliar as possibilidades dos usos linguísticos da escrita, habilitando-o nos diferentes usos da linguagem escrita e oral, numa perspectiva crítica, ou seja, formar o leitor e o produtor de textos tendo em vista o aprimoramento do exercício da cidadania(LEITE, 2001, p. 29).

Segundo Nucci (2001) as atividades de leitura e escrita, propostas pelo professor, devem estar contextualizadas com a vida da criança, fazer parte de suas práticas cotidianas. Pois, é a partir desse movimento que se estará alfabetizando na perspectiva do letramento.

Outro aspecto relevante do papel do professor como mediador desse processo, defendido por Amaral (2001), é que o professor tem o papel de fazer com as crianças tornem-se cidadãos críticos, a partir de reflexões. A autora ainda defende que para se obter uma alfabetização crítica é necessário que haja respeito e confiança na relação estabelecida entre alfabetizador e alfabetizando. Para isso, o professor deverá reconhecer o aluno como ser ativo desse processo, um ser inteligente e com conhecimentos. Nesse momento a autora dá exemplos, como trabalhos em grupos, incentivando a troca e construção de conhecimentos e as conversas informais, maneira do professor conhecer os alunos e saber quais seus conhecimentos prévios.

Diante desses conceitos em torno do letramento é relevante pensar nos materiais a serem trabalhados com as crianças dentro da escola. É a partir dos materiais utilizados que o letramento se faz presente nesse processo. Segundo o documento dos Parâmetros Curriculares Nacionais,

Na alfabetização inicial, alguns materiais podem ser de grande utilidade ao professor: alfabetos, crachás ou cartazes com os nomes dos alunos, cadernos de textos conhecidos pela classe, pastas de determinados gêneros de textos, dicionários organizados pelos alunos com suas dificuldades ortográficas mais freqüentes, jogos didáticos que proponham exercícios lingüísticos, por exemplo (BRASIL, 1997, p. 62).

Apresentar esse tipo de material no processo de letramento é fundamental, pois é a partir deles que a criança estará se inserindo nas práticas sociais de leitura e escrita e, conseqüentemente, está sendo alfabetizada no contexto do letramento.

Sendo assim, não se pode pensar em trabalhar com o letramento e deixar de fora o ensino da escrita alfabética, sendo ela fundamental para o processo autônomo de apropriação da escrita e da leitura. Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997) saber utilizar a linguagem escrita-alfabética não significa apenas conseguir ler, mas também significa um conhecimento de valor social.

Pensar a alfabetização na perspectiva do letramento é pensar num meio de inserir a criança, principal interessada, nesse processo de apropriação da leitura e da escrita. As práticas sociais devem vir incorporadas no ensino das crianças e para isso é indispensável que os conceitos de alfabetização e letramento andem juntos nesse processo. A partir desse

caminho duplo será possível uma compreensão por parte da criança e um entendimento não só da ação de saber ler e escrever, mas, além disso, saber compreender o que está sendo lido e envolver-se nas práticas sociais de leitura e de escrita.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da questão central que norteou este trabalho de conclusão de curso: “O que as Propostas Curriculares do Estado de Santa Catarina e do Município de Florianópolis nos dizem sobre a alfabetização e o letramento?” buscamos subsídios para responder tal questão ao longo de toda a pesquisa realizada.

A partir dos estudos e reflexões apresentadas ao longo do trabalho foi possível perceber que existiram diferentes métodos de alfabetização. No modelo tradicional, a ação de ler e escrever era vista como decodificação da escrita. Os métodos tradicionais não conseguiram superar o fracasso escolar que estava ocorrendo e foram vistos como os principais culpados desse processo.

No decorrer da história, com avanços nas áreas da lingüística e psicologia, principalmente, começou-se a perceber a criança como um ser ativo no processo de apropriação da leitura e escrita e assim buscou-se pensar meios para que o ensino trouxesse significado para a principal interessada, a criança. Para isso sentiu-se a necessidade de não apenas focar na decodificação da escrita, mas de fazer com que o ensino e aprendizagem da leitura e da escrita fossem atrelados às práticas sociais. Assim designou-se o termo letramento, entendido como, justamente, o uso da leitura e escrita em práticas sociais.

As correntes atuais defendem que se deva alfabetizar letrando e afirmam ser a forma mais eficaz de aprendizado. Assim, podemos pensar o quanto é importante que essa perspectiva de ensino efetivamente aconteça e de forma bem elaborada.

Dessa maneira, as Propostas Curriculares aqui apresentadas – do Município de Florianópolis e do Estado de Santa Catarina – levantam aspectos importantes diante das questões de alfabetização e letramento e enfatizam a importância desses dois conceitos serem trabalhados juntos no processo de apropriação de leitura e de escrita.

Diante do exposto, pode-se afirmar, então, que tanto o objetivo geral quanto os objetivos específicos foram alcançados. Ao concluir esse trabalho, enfatizo a experiência adquirida diante de questões centrais deste tema tão complexo e, ao mesmo tempo, tão importante.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, M. A. L. de. **Discutindo alfabetização**: resgates teóricos. Texto apresentado no V SIMFOP – Simpósio sobre formação de professores. Educação Básica: desafios frente às Desigualdades Educacionais. 5 a 7 de julho de 2013- Campus Universitário de Tubarão – UNISUL. Tubarão/Santa Catarina, 2013.

AMARAL, Cintia Wolf do. Alfabetizar para quê? Uma perspectiva crítica para o processo de alfabetização. In: LEITE, Sérgio Antônio da Silva (org.). **Alfabetização e Letramento: Contribuições para as práticas pedagógicas**. Campinas: Komedi: Arte Escrita, 2001.

BARBATO, Silviane. Letramento: conhecimento, imaginação e leitura de mundo nas salas de inclusão de crianças de seis anos no ensino fundamental. In: SCHOLZE, Lia. ROSING, Tania. M. K. (org.) **Teorias e práticas de letramento**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007.

BLOGPOST ESPAÇO SABER. **Histórias das cartilhas de alfabetização**. Disponível em: <http://espacosaber-infantil.blogspot.com.br/2013/03/historia-das-cartilhas-de-alfabetizacao.html>. Acesso em: 06 de maio de 2013.

BRASIL. Secretaria da Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa**. Ministério da Educação. 3. ed. Brasília/DF, 2001.

FERREIRO. Emília. **Reflexões sobre alfabetização**. São Paulo: Cortez, 1985.

FLORIANÓPOLIS. Prefeitura Municipal. **Proposta Curricular: Rede Municipal de Florianópolis**. Secretaria Municipal de Educação. Departamento de Educação Fundamental. Florianópolis/Santa Catarina, 2008.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

LEITE, Sérgio Antônio da Silva (org.). **Alfabetização e Letramento: Contribuições para as práticas pedagógicas**. Campinas: Komedi: Arte Escrita, 2001.

MORTATTI, Mária do Rosário Longo. **História dos métodos de alfabetização no Brasil**. 2006. Seminário Alfabetização e Letramento em Debate. Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação. Brasília. Disponível em: http://www.idadecerta.seduc.ce.gov.br/download%5Cencontro_paic_ceu_24_2602_2010%5Chistorias_do_metodos_de_alfabetizacao_brasil.pdf. Acesso em: 14/04/2013.

_____. **Os sentidos da alfabetização**. São Paulo: UNESP: CONDEP, 2000.

NIEMANN, Flávia de Andrade; BRANDOLI, Fernanda. **Jean Piaget**: um aporte teórico para o construtivismo e suas contribuições para o processo de ensino e aprendizagem da Língua Portuguesa e da Matemática. Trabalho apresentado no IX AMPED Sul. 2012. Disponível em: <<http://www.uces.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/view/770/71>>. Acesso em 02/ 05/ 2013.

NUCCI, Eliane Porto Di. “Alfabetizar letrando... Um desafio para o professor!”. In: LEITE, Sérgio Antônio da Silva (org.). **Alfabetização e Letramento**: Contribuições para as práticas pedagógicas. Campinas: Komedi: Arte Escrita, 2001.

PIAGET, Jean. **Os pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

SALVADOR. Prefeitura Municipal. **Concepções de alfabetização**. Secretaria Municipal de Educação e Cultura. Coordenadoria de Ensino e Apoio Pedagógico. Salvador/Bahia. Ano? Texto extraído da internet em PDF.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação e do Desporto. **Proposta Curricular de Santa Catarina**. Florianópolis: COGEN, 1998.

_____. Secretaria de Estado da Educação, ciência e tecnologia. **Proposta curricular de Santa Catarina**: Estudos Temáticos. Florianópolis: IOESC, 2005.

SOARES, Magda. **Alfabetização e letramento**. São Paulo: Contexto, 2003.

_____. **Letramento**: um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

TFOUNI, Leda Verdiani. **Letramento e alfabetização**. São Paulo: Cortez, 1995.

VIGOSTKI, Lev Semenovich. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.